

NOTA DE REPÚDIO

Nós, professores, investigadores e estudantes do Programa de Pós-Graduação em Museologia da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias (ULHT), em Lisboa, Portugal, repudiamos a Medida Provisória nº 850/2018 que extingue o Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) e cria a Agência Brasileira de Museus (ABRAM). A medida, que foi implantada de forma autoritária e sem qualquer consulta ao setor museológico ou à sociedade, incendeia 9 anos de trabalho participativo e de desenvolvimento institucional de uma Política Nacional de Museus (PNM), de cujo processo de criação a ULHT teve a honra de participar.

A Política Nacional de Museus, lançada em 2003, na gestão do ex-Ministro da Cultura e Doutor *Honoris Causa* pela ULHT, Gilberto Passos Gil Moreira, que se tornou um referência inspiradora no campo da museologia em vários países, foi um instrumento de renovação e fortalecimento do setor, que orientou o novo Instituto Brasileiro de Museus a estabelecer importantes ações no cenário museológico das quais a nação brasileira muito se beneficiou, tais como:

- Criação do **Sistema Nacional de Museus** e do **Cadastro Nacional de Museus**, ferramentas que permitiram um diagnóstico quantitativo e qualitativo mais preciso da realidade museal brasileira;
- Criação do **Estatuto de Museus**, importante diploma legal que orienta e regulamenta a organização do setor;
- Criação do **Programa Mais Museus**, que estimulou a criação de novos museus nos municípios com até 100 mil habitantes e que não dispunham deste equipamento cultural;
- Criação do **Edital de Modernização dos Museus**, que fez expressivos investimentos financeiros na requalificação estrutural dos museus já existentes em todo o país;
- Difusão e inserção dos museus na vida social brasileira, com a **Semana Nacional dos Museus** e a **Primavera dos Museus**;
- Criação de um **programa de formação e capacitação dos profissionais dos museus**, seja no incentivo à criação de novos cursos de graduação e pós-graduação em Museologia, seja em programas de treinamentos, cursos, fóruns e intercâmbios para os profissionais de Museus, o que estimulou a

- ampliação do campo de trabalho na área, com a contratação de profissionais via concursos públicos, editais e projetos culturais;
- Construção participativa da **Política Nacional de Educação Museal**, na qual as Redes de Educadores em Museus de todo o país tiveram protagonismo. A PNEM estabelece os princípios e diretrizes para o desenvolvimento da Política Nacional dos Museus no campo da Educação e visa contribuir para a instituição de políticas públicas para a área;
 - Promoção da museologia brasileira no cenário internacional, com participação ativa e estruturadora no **Programa IberoMuseus** e na elaboração da **Recomendação Museus, Coleções, sua Diversidade e Função Social da UNESCO 2015**;
 - Por fim e, ao nosso ver, o mais inovador no cenário museológico mundial: criação do **Programa Pontos de Memória**, que instituiu o patrimônio cultural como um recurso para a inclusão social e a cidadania, com fomento aos processos de produção e institucionalização das memórias constitutivas da diversidade cultural, social e étnica brasileira.

Com a extinção do IBRAM, órgão executor dessa política, e a criação da ABRAM, mudam-se essas diretrizes: confere-se ao mercado o poder de decisão sobre os caminhos das políticas culturais para os museus brasileiros; privilegia-se o modelo de “museus-espetáculo” e aprofunda-se a exclusão dos processos museais populares em curso, espalhados por todas as regiões do país. Essas experiências museais protagonizadas por comunidades de favelas, quilombolas, indígenas, LGBTQ+ e tantas outras, são expressões da diversidade cultural e da efervescência política e cultural da Sociomuseologia brasileira, reconhecida e respeitada pelos seus pares internacionais. Porém, notadamente, não serão objetos de interesse de um mercado regulado por uma agência de direito privado, como se propõe a ABRAM.

Na realidade, essa MP é uma “janela de oportunidade” para a privatização dos museus brasileiros e apresenta-se como a solução para o processo de precarização provocado pelas políticas de austeridade e de cortes orçamentários implementadas pela própria União. Nos últimos três anos, o que assistimos foi um Estado a matar os seus museus por inanição orçamentária para, ao final, entregá-los debilitados à sanha do mercado, por meio do polêmico modelo neoliberal de gestão de museus via Organizações Sociais (OS), já implantado em alguns estados brasileiros e que, em sua

história mais recente, demonstrou não garantir a solução dos problemas estruturais dos museus. O incêndio do Museu da Língua Portuguesa, bem como a desestruturação de alguns museus do País regidos por esse sistema, são exemplos concretos. A prometida geração de recursos via criação de fundos patrimoniais, por meio da MP nº. 851/2018, espelhada em modelos internacionais, é mais uma falácia desse conjunto de propostas autoritárias. O empresariado brasileiro já dispõe de um mecanismo de incentivos fiscais para o financiamento à cultura mas, no campo do patrimônio, prefere promover a imagem das suas empresas nos megaprojetos dos “museus espetáculos”. Colocar os museus no leilão do mercado, não é uma resposta eficiente à falta de financiamento ao patrimônio. É um «lavar as mãos» por parte do Estado.

Diante desse quadro, conclamamos a sociedade brasileira a não calar-se diante dessa atitude governamental autoritária, que transforma em cinzas anos de trabalho, de intensos debates e de construção coletiva. Convocamos a comunidade internacional de museólogos, profissionais de Museus, estudantes de Museologia, professores e investigadores da área da Museologia que denuncie, que se insurja contra estas duas Medidas Provisórias nº 850 e nº 851, ambas de 10 de setembro de 2018. O Departamento de Museologia da Universidade Lusófona e todo o seu corpo docente e discente, bem como a sua Cátedra UNESCO Educação, Cidadania e Diversidade Cultural, parceira do IBRAM desde 2017, repudia tamanho desmonte do setor museológico brasileiro e coloca-se nas trincheiras, ao lado dos trabalhadores dos museus, gestores, professores e estudantes brasileiros, na luta pela revogação dessa Medida Provisória.

“Esquecemos que os *bens* se preservam quando se constituem em valor. Não em *valor* para uma minoria, ainda que seja uma ‘inteligência’ atuante: mas num *valor social*, derivado de uma *consciência* que dele se tem como fator fundamental, como condição absoluta de ser e de existir. (Waldisa Rússio, década de 1970)

Lisboa, 14 de setembro de 2018